

O Neoliberalismo nos Livros Didáticos de Sociologia: A exemplificação como recurso didático

Neoliberalism in Sociology Textbooks: Exemplification as a didactic resource

Ricardo Cortez Lopes

Coordenador de Materiais na Faculdade CMB; Doutorado em Sociologia na UFRGS.

E-mail:

rshicardo@hotmail.com

Aline Bernardi Capriolli

Secretaria da Educação de Esteio; Especialista em Ensino da Sociologia para Professores do Ensino Médio da UFRGS. E-mail:

alinecapriolli@gmail.com

Resumo

O presente trabalho trata de um estudo da utilização do recurso da exemplificação em livros didáticos de Sociologia, de maneira a compreender parte de como o processo se desenrolou nos ditos instrumentos educativos. Por meio de uma revisão conceitual, foi determinado que o exemplo pode assumir uma polissemia, que parte desde a metonímia, da demonstração ou de um modelo comportamental, de modo que também discutimos a sua utilidade para o processo didático em um geral e em específico para a didática do ensino de Sociologia. O *corpus* empírico foi baseado em três livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio, selecionados do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD): “Sociologia para o Ensino Médio” (2012), “Sociologia para Jovens no Século XXI” (2015) e “Sociologia Hoje” (2018). O foco do estudo foi no conceito de neoliberalismo, cujas recorrências no material foram investigadas por uma análise de conteúdo.

Palavras-chaves: Ensino de Sociologia. Livro Didático. Neoliberalismo.

Abstract

The present paper deals with a study of the use of the resource of exemplification in textbooks of Sociology, in order to understand part of how the process unfolded in the called educational instruments. Through a conceptual review, it was determined that the example can assume a polysemy, starting from metonymy, from the demonstration or from a behavioral model, so that we also discuss its usefulness for the didactic process in general and specifically for the didactics of Sociology teaching.

The empirical corpus was based in three textbooks on Sociology for High School: “Sociologia para o Ensino Médio” (2012), “Sociologia para Jovens no Século XXI” (2015) and “Sociologia Hoje” (2018). The focus of the study was on the concept of neoliberalism, whose recurrences in the material were investigated by a content analysis.

Keywords: Sociology teaching. Textbook. Neoliberalism.

Introdução

O uso da exemplificação é um recurso comunicativo cotidiano bastante frequente, especialmente por facilitar o acesso a universos compartilhados entre os interlocutores. Por conta de a Educação implicar em um processo comunicativo, os professores e os materiais didáticos também utilizam exemplos como recurso didático. Mais especificamente é possível indagar-se: qual é a relação dos livros didáticos com o uso de exemplo, visto que sua atividade é assíncrona¹ em relação à sala de aula? O presente estudo se foca, de maneira mais direta, na dimensão do livro didático de Sociologia do Ensino Médio, utilizando o exemplo como recurso educativo. Para proceder a investigação foram eleitos três livros didáticos, aprovados por uma comissão de especialistas selecionadas pelo Programa Nacional do Livro Didático, segundo critérios que vão ser descritos na próxima seção – já é possível adiantar que estudaremos as edições de 2012, 2015 e 2018.

A primeira política pública para a confecção de livros didáticos se deu com o governo Getúlio Vargas, em 1938 – e se fortaleceu em 1945, com a isenção de impostos para a importação de papéis, que se intensificou de vez nos anos 1950 (BODART; DE SOUZA, 2019). E, até o ano 1985, houve uma série de iniciativas governamentais (especialmente as do governo militar) para sistematizar a produção, a circulação e o uso de manuais de Sociologia (CASSIANO, 2007). A partir de 1985 foi iniciado o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que tinha como objetivo o de democratizar o acesso a essas obras; mas essa política foi reformulada em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso: os seus recursos financeiros foram assegurados e mais três

¹O ensino síncrono é aquele em que o professor e os alunos estão interagindo no mesmo momento. Portanto, livros didáticos podem ser utilizados assincronicamente, quando o aluno os lê fora do horário de aula.

alterações foram propostas, a saber: “a efetiva universalização da distribuição dos livros ao aluno do Ensino Fundamental; a implementação de uma avaliação governamental dos livros comprados e distribuídos pelo Estado; e a ampliação significativa desse programa” (CASSIANO, 2007, p. 15).

A análise incorreu na exemplificação do conceito de neoliberalismo, explicado aos alunos nas três obras. A opção por esse conceito se deu pelo seu cruzamento de uma série de assuntos caros à pesquisa sociológica: desigualdade, economia, relações sociais, política e cultura. Como veremos adiante, muitos sociólogos definem o neoliberalismo como uma narrativa total e que explica os fenômenos sociais da atualidade. Logo, entender como ele está sendo descrito no espaço escolar pode ajudar a entender parte da sua recepção fora da academia. Ademais, o conceito de exemplificação não é muito comum na literatura de pesquisa, de modo que iniciamos a investigação pela definição de dicionário. Nela pudemos perceber que o exemplo pode ser uma metonímia, uma orientação comportamental, ou mesmo uma aplicação. Dessa definição avaliamos três livros didáticos da disciplina com o fito de observar o procedimento de uso desse exemplo.

Tal estudo se justifica porque, ainda que na área das Ciências Sociais exista uma diversidade de trabalhos que abordem a temática do neoliberalismo (em seus diferentes aspectos, tais como o político, o econômico e o cultural), o campo do Ensino de Ciências Sociais precisa de mais estudos, em especial no ensino de Sociologia, na temática da análise de conteúdo por meio dos exemplos enquanto recursos didáticos. Tendo em vista essa contribuição, elaboramos uma estrutura para esse texto: descrever a metodologia, em seguida definir os conceitos úteis à pesquisa, contextualizar o ensino de Sociologia e os livros didáticos para, por fim, analisar a exemplificação no *corpus*.

1. Metodologia e transposição didática

Esse estudo foi de caráter qualitativo e buscou entender a apropriação do conceito de neoliberalismo em livros didáticos de Sociologia. Após definir o problema de pesquisa, realizamos um levantamento dos livros didáticos de Sociologia, que foram disponibilizados para os alunos da rede de escolas públicas brasileiras,

informação que consta no documento chamado Guia do Livro Didático, que aborda todos os componentes curriculares. Esse Guia do PNLD é atualizado a cada edição do PNLD, e é divulgado após a seleção dos livros pelas comissões de especialistas. Como funciona o processo?

[...] chamada pública às editoras e aos autores interessados em inscrever seus livros para avaliação [...]. O edital de convocação [...] é o documento que estabelece todos os critérios técnicos a serem observados pelas editoras e pelos autores, assim como os princípios didático-pedagógicos que regem todas as áreas de conhecimento e os componentes curriculares que a compõem. Sua elaboração é de responsabilidade da Coordenação Geral de Materiais Didáticos (COGEAM/MEC), que conta com a assessoria de uma comissão técnica formada por professores universitários, que representam cada um dos 11 componentes curriculares do Ensino Médio [...]. Cabe à comissão técnica supervisionar todo o processo de avaliação. (BRASIL, 2018, p. 8).

Ou seja, uma obra passa por muitos filtros seletivos até o momento de sua aprovação. Após a aprovação no edital, as obras são listadas no guia do PNLD. Cumpre notar que nos voltamos para as versões distribuídas em escolas públicas e não nas suas versões comerciais, vendidas no mercado formal. Os livros didáticos de Sociologia estiveram presentes em três editais – 2012, 2015 e 2018. O resultado desse levantamento de datas, livros e autores foi o seguinte:

QUADRO 1 – Levantamento de datas, livros e autores.

Ano	Título do Livro	Autores
2012	Tempos Modernos, Tempos de Sociologia.	Helena Maria Bomeny Garchet; Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros.
	Sociologia para o Ensino Médio.	Nelson Dacio Tomazi.
2015	Sociologia para o Ensino Médio.	Nelson Dacio Tomazi.
	Tempos Modernos, Tempos de Sociologia.	Helena Maria Bomeny Garchet; Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros.

	Sociologia.	Silvia Maria de Araújo; Maria Aparecida Bridi; Benilde Lenzi Motim.
	Sociologia em Movimento.	Afrânio Silva; Bruno Loureiro; Cassia Miranda; Fátima Ferreira; João Catraio Aguiar; Lier Pires Ferreira; Marcela M. Serrano; Marcelo Costa; Marcelo Araújo; Martha Nogueira; Otair Fernandes de Oliveira; Paula Menezes; Raphael M. C. Corrêa; Ricardo Muniz de Ruiz; Rodrigo Pain; Rogério Lima; Tatiana Bukowitz; Thiago Esteves; Vinicius Mayo Pires.
	Sociologia Hoje.	Igor José de Renó Machado; Henrique Amorim; Celso Rocha de Barros.
	Sociologia para jovens no Século XXI.	Luiz Fernandes de Oliveira; Ricardo Cesar Rocha da Costa.
2018	Sociologia.	Silvia Maria de Araújo; Maria Aparecida Bridi; Benilde Lenzi Motim.
	Sociologia Hoje.	Igor José de Renó Machado; Henrique Amorim; Celso Rocha de Barros.
	Tempos Modernos, Tempos de Sociologia.	Helena Maria Bomeny Garchet; Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros.
	Sociologia em Movimento.	Afrânio Silva; Bruno Loureiro; Cassia Miranda; Fátima Ferreira; João Catraio Aguiar; Lier Pires Ferreira; Marcela M. Serrano; Marcelo Costa; Marcelo Araújo; Martha Nogueira; Otair Fernandes de Oliveira; Paula Menezes;

		Raphael M. C. Corrêa; Ricardo Muniz de Ruiz; Rodrigo Pain; Rogério Lima; Tatiana Bukowitz; Thiago Esteves; Vinicius Mayo Pires.
	Sociologia para Jovens do Século XXI.	Luiz Fernandes de Oliveira; Ricardo Cesar Rocha da Costa.

Fonte: Adaptado de Brasil (2012, 2015, 2018).

O intento deste estudo é o de lançar um olhar panorâmico desses 3 livros didáticos, de modo que selecionamos três livros, que apareceram no mínimo em uma dessas “gerações” – no sentido de que são provenientes de diferentes edições. Optamos por analisar a obra que não se repetiu – “Sociologia para o Ensino Médio de 2012” –, aquela que se repetiu em todas as versões – “Tempos Modernos”, “Tempos de Sociologia” na versão 2015 – e, por fim, o que mais referiu² ao assunto entre os restantes – “Sociologia Hoje”, na edição de 2018 – sem ser utilizando o conceito apenas como adjetivo para caracterizar a época atual. A estratégia analítica adotada foi a de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2009), para buscar a mediação que está subjacente ao texto.

Com relação às obras escolhidas é preciso tecer algumas considerações acerca de suas estruturas. A primeira foi escrita por Nelson Tomazi, chamado “Sociologia para o Ensino Médio”. Qual a lógica de sua didática³?

Nelson Dacio Tomazi divide o livro em sete unidades, com temas centrais para o iniciante ao estudo da sociedade. Situa a importância dos conteúdos selecionados ao lado de outras áreas de conhecimento das ciências humanas, seja em história, ciência política, antropologia, economia, entre outras [...]. O livro pode ser considerado “aberto”, por possibilitar escolhas, tanto do professor como do aluno, para aprofundar os temas fundamentais e clássicos através de certos conhecimentos sugeridos. (LOPES, 2009, p. 595).

²Foi realizada uma contagem entre os livros do termo “neoliberalismo”, e este livro foi o que resultou com o número de vezes mais recorrente.

³Elencamos análises de outros autores justamente por conta da visão mais aprofundada deles, que se complementa com a intenção original das obras didáticas e as coloca em termos acadêmicos.

A obra em questão, portanto, se caracteriza pelo seu ímpeto interdisciplinar, relegando a parte prática de sala de aula em aberto para a decisão final dos professores. Assim, deve-se levar em conta esse componente para a análise da obra, considerando o intento do diálogo. O segundo livro é focado na interdisciplinaridade também, porém propondo outro *hall* disciplinar:

Por meio de uma proposta inovadora interdisciplinar que “inclui a Antropologia e a Ciência Política”, o livro didático Sociologia Hoje, de Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros (2013), sugerido e distribuído para circulação nas escolas públicas brasileiras nos anos de 2015 a 2017, traz uma proposta de discussão e abordagens dos temas pela aproximação e atravessamento de específicos campos do conhecimento indelevelmente caros às Ciências Sociais, e que até então vinham sendo desconsiderados das reflexões da Sociologia enquanto disciplina obrigatória do Ensino Médio (PONTES, 2017, p. 29).

Ou seja, se o primeiro livro se vincula ao bloco das Ciências Humanas como um todo, essa segunda obra volta-se para a consolidação das Ciências Sociais dentro do currículo escolar, o que provavelmente remonta à manutenção da Sociologia como uma disciplina escolar própria e autônoma enquanto contribuidora, por meio das diferentes Ciências Sociais – uma vez que a antropologia e a ciência política instam competências e habilidades importantes no ambiente escolar. O último livro, por sua vez, é focado na Sociologia internamente:

Em Sociologia para Jovens do Século XXI é possível dizer que o tema está bem inserido no livro tanto de forma casada com outras discussões, como a família brasileira e suas novas configurações, socialização, cultura, identidade, ideologia, movimentos sociais e diversidade sexual, quanto no que diz respeito ao tratamento conceitual e teórico. Mobilizando autores do eixo ocidental de produção acadêmica, em sua maioria, sociólogos, sem, no entanto, perder o tom de diálogo feito em linguagem clara e simples, direcionado aos alunos, os autores apresentam uma produtiva abordagem. (LIMOEIRO, 2017, p. 61).

Nesse caso, o livro se direciona às questões teóricas especificamente sociológicas na comparação com os outros dois, nutrindo a intenção de as traduzir para a linguagem estudantil. O enfoque, portanto, é na desnaturalização por meio da

epistemologia, o que o alia, no mínimo em um sentido, à Filosofia escolar, que também adentrou o currículo no ano de 2008.

Segundo o próprio edital, o que deve haver em comum entre os livros didáticos aprovados é a busca da mediação didática, que é pré-requisito para a aprovação no edital:

1. Assegurar a presença dos conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política.
2. Respeitar o rigor teórico e conceitual.
3. Realizar a mediação didática.
4. Contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante.
5. Garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor. (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS PNLD 2018, p. 8).

É interessante ressaltar que a mediação didática é uma adaptação do conceito de transposição didática, que possui uma longa trajetória no campo da Educação. Ele começou com Michel Verret, na década de 1970, e foi desenvolvido pelo matemático Yves Chevallard (BOLIGAN, 2003). Esse conceito parte de uma representação triangular do sistema didático:

[...] destacando a complexidade das relações estabelecidas entre os três polos desse sistema: o saber (S), aquele que ensina/professor (P), aquele que aprende/aluno (A). Argumenta que o enfoque psicológico dominou a análise desse sistema, restringida assim à relação professor-aluno. Dessa forma, o saber escolar não seria usualmente problematizado, o que contribuiria para sua naturalização no entendimento daqueles que participam dessas relações. A teoria da transposição didática pretende desestabilizar esse entendimento, expondo enfaticamente a necessária distância entre o saber ensinado e seus saberes de referência. Mais do que isso, propõe-se a pensar o sistema didático a partir dessa dimensão, com base na abordagem epistemológica do saber ensinado⁴. (CARVALHO, 2013, p. 63).

Ou seja, a transposição didática busca mediar a relação entre professor e aluno por meio de um saber legitimamente escolar, sem se reduzir ao saber de referência. Desse ponto partiram outros autores, que pensaram, por exemplo, uma transposição interna e outra externa. A segunda trabalharia com objetos de fora do ambiente

⁴Não lançamos mão diretamente dos autores porque buscamos a adaptação deles para o contexto brasileiro, o que vai influenciar diretamente na transposição didática.

escolar, enquanto a primeira se traduz na criação das situações de ensino (BARROS, 2012), o que inclui diálogo com outras disciplinas. Já Lopes (1997) coloca a mediação como o reconhecimento de que o saber científico não ser unicamente o conhecimento de referência, permitindo que outros conteúdos possam ser também ensinados. É a partir dessas ferramentas que vamos analisar o exemplo, mas precisamos definir o que ele é.

2. O que é um exemplo e como ele entra no processo didático?

A palavra “exemplo” se origina do “[...] Latim *exemplum*, “uma amostra”, literalmente “o que é retirado”, do verbo *eximere*, “tirar, remover”, de “*ex*”, “fora”, mais *emere*, originalmente “tirar” (AZEVEDO, 2017, s/p). Ou seja, etimologicamente, o exemplo é algo que existe previamente ao ato comunicativo e que é retirado para determinado fim. Nesse caso, o exemplo é algo que depende de outro ser para existir, pois é parte dele, não possui origem e existência independente. Portanto, não existe exemplo se não houver aquilo do que ele é retirado. No entanto, o exemplo consegue ser representativo, ele contém a estrutura do que compõe, e por essa razão ele é válido. Assim, didaticamente, um exemplo é menos complexo em extensão do que o seu referente, porém é mais compreensível porque encadeia menos elementos e tornam as suas relações internas mais perceptíveis, tal como uma amostra representativa dentro de um universo. No entanto, essa formulação acaba sendo um “exemplo” do que é um exemplo, pois a sua definição conceitual é mais ampla, o que a leva, ironicamente, a adquirir uma existência independente.

Curiosamente, não é muito comum encontrar estudos sobre o exemplo em si, nem mesmo nas áreas de Filosofia e de Letras. Podemos mencionar o diálogo de Sócrates com Teeteto, quando este último dá exemplos dos conceitos e não o conceito em si e tem sua atenção chamada por Sócrates – e assim se constrói a sua maiêutica (PLATÃO, 2005). Portanto, foi necessário buscar uma definição em outros espaços, como dicionários, para partir de alguma definição – nestes espaços é que determinamos que o exemplo é um termo polissêmico. A primeira definição é a de dicionário:

exemplo | z |
nome masculino

1. Frase ou palavra citada para apoiar uma definição, uma regra.
2. Aquilo que pode ou deve ser imitado. (PRIBERAM, s/d, s/p).

Assim, podemos apontar, no mínimo, dois sentidos possíveis: uma regra (a ser seguida) e aquilo que deve ser imitado (duplicado). Observe-se que, nesses dois sentidos, há de fundo a ideia de que o exemplo constitui-se em um parâmetro a ser observado para se manter a correção, seja para evitar desvios, seja para se alcançar um ideal maior do que os envolvidos. Outras definições ampliam esse aspecto inicial:

[...] O exemplo pode ser usado como uma citação de autor que se refere a basear uma regra ou uma opinião [...]. No mesmo sentido, referido termo também é usado como a expressão “por exemplo,” usado em uma frase amplamente utilizada para apresentar um exemplo concreto do que está para ser explicado. (OQUEE, s/d, s/p).

Além das duas definições propostas pelo dicionário, ainda surge a questão de que o exemplo pode conceder concretude para a explicação, que pode ser abstrata demais para o entendimento de todos os comunicantes. Nesse sentido, o exemplo consegue trazer o didatismo, no sentido de que desenreda algo da teia das ideias e o coloca no mundo objetivado, disponível para os outros sentidos. Mas segue: “dentro da aplicação deste termo, como não poderia deixar de ser, consta a célebre expressão “por exemplo”, um recurso que se utiliza para incorporar uma prova ou uma aclaração dentro de um texto”⁵. Ou seja, nesta definição depreende-se que um exemplo pode servir como a prova de um argumento, e que demonstra a sua veracidade. O restante das definições apenas saturou os sentidos aqui levantados e por essa razão não será apresentada nesse espaço.

Após essa breve revisão, podemos afirmar que o exemplo pode, portanto, ser caracterizado em três sentidos: (a) metonímia (substituindo o todo para explicá-lo); (b) aplicação de um conceito (o reforça ou o comprova); e (c) parâmetro comportamental. Ou seja, o exemplo pode assumir papéis desde o de uma figura de linguagem até o de um facilitador de compreensão. A partir dessa formulação procedemos a busca dentro dos materiais. No entanto, é preciso, antes situar os

⁵Disponível em: <<https://conceito.de/exemplo>>. Acesso em: fev. 2022.

objetos de estudo dentro de um quadro teórico amplo, problematizar os livros didáticos de Sociologia (o suporte midiático) e o próprio ensino de Sociologia (a finalidade pedagógica).

3. O ensino de Sociologia

A Sociologia, enquanto disciplina, foi criada por Auguste Comte no começo do século XIX, pretendida a ser uma disciplina dentro da área politécnica. Já a Sociologia acadêmica se instalou dentro das universidades, no fim do mesmo século com Émile Durkheim e Max Weber. Porém, inicialmente, ela se vinculou com os cursos de Filosofia, e somente em 1920 foi criado um “Certificat de Morale et Sociologie” (CARVALHO FILHO, 2014, p. 7), no momento em que a disciplina foi introduzida nas escolas normais. Em 1924 foi criado o “L’Institut Français de Sociologie”, um grupo de intelectuais voltados para a pesquisa sociológica e que teve duração até 1962, composto por especialistas em diferentes áreas (como História, Etnologia e Geografia). Cumpre notar que estes não desejavam que a Sociologia fosse ensinada nas escolas básicas, e que foi, de fato, efetivamente suprimida em 1934 na França. Posteriormente, a disciplina foi desacreditada pelos tomadores de decisões políticas após a II Guerra Mundial. O que não impedia que existissem três cátedras na França (Paris, Bordeaux e Strasbourg), porém ainda dentro do campo da Filosofia. Mas, no pós-guerra, finalmente foram criados institutos de pesquisa (como o Centre d’Études Sociologiques) e o curso de licenciatura em Sociologia (em 1958), que compreendia os títulos de “Sociologia Geral, Psicologia Social, Economia Política e uma opção a escolher, em uma lista restrita (Demografia, História Econômica e Social). A partir daí, a licenciatura se espalhou por algumas grandes cidades” (CARVALHO FILHO, 2014, p. 66). Em 1965 acontecem dois colóquios, que ajudaram no reconhecimento da Sociologia para os anos posteriores – porém, nos Estados Unidos, a Sociologia já era um campo autônomo, pois já existia a Escola de Chicago desde 1892, e a Sociologia sempre foi uma disciplina forte neste país (CARVALHO FILHO, 2014).

No caso brasileiro, a Sociologia chegou ao Brasil e passou por 3 fases: 1880-1930 – quando ela é exercida por intelectuais não especializados, tais como advogados, engenheiros etc. – 1930-1940 – quando aparece nos ensinos superior e

secundário, além de institutos de pesquisa – e de 1940 em diante – quando surgem as escolas sociológicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, capitaneadas, respectivamente, por Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos (CARVALHO FILHO, 2014). Ou seja, tal como nos Estados Unidos, também no Brasil a Sociologia se consolidou mais rapidamente do que na França. Em relação à presença da Sociologia na Educação Básica, esta foi inserida no currículo pela primeira vez no final do século XIX, por meio dos esforços de Rui Barbosa e de Benjamin Constant na proposição de leis na recente República – porém, poucas instituições educacionais a ela aderiram. Somente em 1916, o Rio de Janeiro ofereceu a disciplina “Educação Moral, Noções de Sociologia e Direito Usual” nas escolas normais, porém não há evidências de que ela foi ofertada de fato (BODART; FEIJÓ, 2020). A Reforma Rocha Vaz, impetrada em 1925, colocou a Sociologia como obrigatória no sexto ano do ensino secundário do Colégio Pedro II. Já em 1931 ocorreu a reforma Francisco Campos, e a Sociologia começou a ser obrigatória nos cursos de tipo complementares, destinados ao acesso ao Ensino Superior. Em 1942 ocorreu a Reforma Capanema, que postulou que a Sociologia não era mais obrigatória para o Ensino Secundário. Mas, em 1971, a Lei Jarbas Passarinho fez com que ela se tornasse optativa, eletiva entre dezenas de disciplinas – o que a fez ser oferecida majoritariamente para cursos de magistério. Em 1982, as leis focaram-se em alocar as Ciências Humanas no currículo escolar, porém a Sociologia continuava não sendo obrigatória – o que mobilizou alguns setores da sociedade civil; porém alguns estados adotaram voluntariamente a matéria nos currículos de suas escolas. Posteriormente, no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), a Sociologia foi mencionada como sendo necessária para o saber global dos alunos, mas isso não trouxe de volta a disciplina, de modo que em 1998 ela foi apresentada como trabalhável de forma transdisciplinar. Em 1999, ela foi aprovada dentro das instituições de deliberação educacionais e no Congresso Nacional, no entanto sofreu veto presidencial no mesmo ano. Todos esses movimentos indicam que o paradigma disciplinar já estava sendo questionado por meio das mudanças curriculares que estavam sendo propostas, de modo que os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) de 2000 intensificam esse processo ao colocar a Sociologia como uma possibilidade de aumento da interdisciplinaridade dentro do componente “Ciências Humanas e suas

Tecnologias”. Em 2006 houve a aprovação das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), que descreviam o papel essencial da Sociologia e que recomendavam a sua obrigatoriedade, o que não ocorreu de fato. Somente em 2008 é que foi aprovada a obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio, dentro da área de “Ciências Humanas Aplicadas”. Essa presença foi incentivada ao ganhar espaço em “Plano Nacional do Livro Didático (2012, 2015 e 2018), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) (2009-2020) e, recentemente, a Residência Pedagógica (2019-2020)” (BODART; FEIJÓ, 2020, p. 223). No ano de 2017 foi aprovada, por medida provisória, a Base Nacional Comum Curricular, que instituiu a disciplina Sociologia como não sendo obrigatória – embora seus saberes e suas práticas precisem aparecer no currículo do Ensino Médio de alguma maneira.

A Sociologia procede pesquisas científicas sobre a sociedade, de onde partem uma série de epistemologias que definem de diferentes maneiras os objetos de estudo (BECKER, 2008). Quando se trata do ensino de Sociologia, ela precisa realizar adaptações do saber proveniente de pesquisa, que é aquele verificado e embasado. O processo acaba sendo semelhante: deve-se articular teoria e realidade empírica (que parte do senso comum dos alunos), variando o fluxo teoria-realidade ou realidade-teoria, buscando o salto epistemológico que os torna palatáveis a um aluno de Ensino Médio, com o objetivo de causar o estranhamento e a desnaturalização da realidade social em que ele vive (OLIVEIRA, 2011). Como os livros didáticos entram nessa dinâmica?

4. Livros didáticos de Sociologia

Em uma definição estrita, um livro didático é um consolidado voltado para cumprir com objetivos de ensino-aprendizagem, dialogando com a atuação de diferentes professores em suas respectivas turmas. Porém, há outras definições que são mais amplas:

É uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencente aos interesses do mercado, mas é também um depositário dos diversos conteúdos educacionais, suporte privilegiado para se recuperar os conhecimentos e as técnicas consideradas

fundamentais por uma sociedade em uma determinada época. Além disso, ele é um instrumento pedagógico [...]. E, finalmente, o livro didático deve ser considerado como veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. (BITTENCOURT, 1993, p. 3).

Ou seja, um livro didático é um produto que possui fins educativos bem delimitados. Essa avaliação, segundo palavras da autora abaixo, é reverberada no livro didático de Sociologia:

A primeira dimensão que pretendemos pontuar é o caráter de mercadoria do livro didático. Em comparação com os demais livros produzidos pela indústria editorial, este caráter é especialmente destacado. Os livros didáticos distinguem-se dos convencionais em muitos aspectos, especialmente pelas condições de sua produção. Em particular, nas grandes editoras há uma sofisticada divisão do trabalho, que se impõe ao autor de livros didáticos, composta por revisores, pedagogos, ilustradores, diagramadores, diretores de arte, pareceristas, etc. (MEUCCI, 2014, p. 211).

Parte da organização de seu conteúdo, portanto, é voltada para o fim pedagógico e outra parte é para finalidade mercadológica. O livro didático pode ajudar a promover a construção sistemática da socialização e, por isso, um sistema de valores, por meio dos conhecimentos e técnicas desenvolvidos até aquele momento para aquela área, ou ao mínimo espera-se que esse processo aconteça. Essa característica faz com que o material seja, em teoria, atualizado com as discussões recentes do respectivo campo para manter sua credibilidade – porém esse processo depende de muitos fatores, tais como ano de publicação, formação dos autores, edital do PNLD, formação e atualização dos autores, entre outros.

A partir desse marco temporal há mais regularidades do que mudanças estruturais, de modo que encerramos aqui essa revisão.

5. Neoliberalismo

Antes de partir para a análise dos exemplos do neoliberalismo, convém revisar, rapidamente, o que seria o fenômeno para a Sociologia acadêmica, visto que ela é a fonte primária para o ensino de Sociologia e, assim, os exemplos ganham alguma substância para além deles mesmos. Assim, o neoliberalismo é, ao mesmo tempo,

fenômeno secundário para esse estudo, porém é um fenômeno a ser explicado pelas obras didáticas.

Portanto, a definição do que o neoliberalismo é de fato mais importante do que a investigação do fenômeno em si, pois será dessa base que vai se gerar a formação dos professores de Sociologia. Uma definição importante de neoliberalismo é a de Antony Giddens, que a define como segunda via:

A "segunda via" - o neoliberalismo, ou fundamentalismo de mercado - foi descartada até mesmo pela maioria de seus adeptos direitistas. A crise do leste asiático de 1997-8 revelou quão instáveis e desestabilizadores podem ser mercados mundiais desregulamentados, e especialmente os financeiros. Eles fazem pouco para ajudar a mitigar as extremas desigualdades existentes entre os países mais pobres e os mais ricos. Dentro das sociedades desenvolvidas, o eleitorado se resguardou de políticas neoliberais, que sugerem caber aos indivíduos arranjar-se sozinhos em um mundo marcado por altos níveis de incerteza e mudança tecnológica. O retorno de partidos de esquerda ou de centro ao governo de tantos países transmite a clara mensagem de que as pessoas não querem ficar desprotegidas ante o mercado global. (GIDDENS, 2007, p. 19).

A definição de Giddens, portanto, parte do ponto de vista econômico, focado na desregulamentação dos mercados. Essa dinâmica de trocas reforça as situações de desigualdades. Por essa razão, essa é uma via que foi abandonada, o que fica retratado pelas eleições e serve como uma oportunidade para o estabelecimento da terceira via, a social democracia.

Outra referência no assunto é Perry Anderson:

Terceira lição: não aceite nenhuma instituição estabelecida como imutável. Quando o neoliberalismo era um fenômeno marginalizado e negligenciado durante a grande ascensão do capitalismo nas décadas de 1950 e 1960, parecia inconcebível ao consenso burguês da época que, nos países ricos, cerca de quarenta milhões de pessoas ficassem desempregadas, sem que isso causasse graves transtornos sociais. Da mesma forma, parecia impensável proclamar abertamente a redistribuição de renda dos pobres para os ricos em nome do valor da desigualdade. A mera possibilidade de privatizar petróleo, água, Correios, hospitais, escolas e até prisões, também era inimaginável. Como bem sabemos, quando a correlação de forças mudou após a longa recessão, tudo isso se tornou evidente, como uma alternativa viável e até necessária. A mensagem dos neoliberais foi, nesse sentido, eletrizante: nenhuma instituição, por

mais consagrada que seja, é, em princípio, intocável. (ANDERSON, 1999, p. 84, tradução livre).

Assim, partindo das palavras do autor, além do desemprego gerado pelo neoliberalismo, também houve a privatização de serviços públicos, algo que foi concebido como necessário pela Filosofia neoliberal. Assim, os neoliberais privatizariam os serviços que foram, outrora, considerados como responsabilidade do Estado, considerando-os mais adequados para a iniciativa privada, e esse pensamento avançou com velocidade. O argumento contra o neoliberalismo afirma que a privatização prejudica o acesso a direitos fundamentais ao condicioná-los à renda, e isso vai ficar muito claro na próxima definição e nos próprios livros didáticos.

Outra conceituação que pode ser muito relevante é a do sociólogo brasileiro Octavio Ianni, por meio da condensação de sua teoria em um artigo:

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas, como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais. “Neo” liberalismo porque se impõe e generaliza em escala mundial, alcançando inclusive os países nos quais se havia experimentado ou continua a se experimentar o regime socialista ou o planejamento econômico centralizado. Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas. Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isto baseado no suposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. (IANNI, 1998, p. 28).

Assim, o sociólogo considera como a liberação da atividade econômica às expensas de questões sociais – e daí se deriva a diminuição do Estado, especialmente

o Estado de bem-estar social, que implicaria, necessariamente, na ampliação das dimensões estatais. A hegemonia desse pensamento, no entanto, indica qual dos polos entre capital e trabalho, em sua constante luta, está vencendo. Como isso aparece no *corpus* empírico?

6. Análise dos livros

Nesta seção vão ser expostos os tipos de exemplos, segundo a investigação do *corpus* textual. Os trechos serão analisados no modo como os exemplos buscaram as mediações, identificando se elas operam por elementos internos (geralmente das outras disciplinas) ou externos (com relação a elementos da cultura). Assim vai ser possível investigar em como eles foram aplicados, situação a situação, e produzir uma análise mais ampla.

Vamos começar pela obra de Tomazi, na sua explicação conceitual, que promove uma associação:

Nasceu dessa maneira o que se convencionou chamar de Estado neoliberal. As expressões mais claras da atuação dessa forma estatal foram os governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Mas mesmo no período desses governos o Estado não deixou de intervir em vários aspectos, mantendo orçamentos militares altíssimos e muitos gastos para amparar as grandes empresas e o sistema financeiro [...]. Reforçavam, assim, os valores e o modo de vida capitalistas, o individualismo como elemento fundamental, a livre iniciativa, o livre mercado, a empresa privada e o poder de consumo como forma de realização pessoal (TOMAZI, 2012, p. 101).

A explicação, aqui, está vinculando o neoliberalismo diretamente com o Estado. O exemplo aplicado são os governos de Margaret Thatcher (1979 a 1990) e Ronald Reagan (1980 a 1984), que, nesse caso, demonstram o conceito com dois mandatos políticos historicamente existentes. No entanto, o exemplo, por si só, não é o suficiente para quem não é um(a) cidadão(a) britânico(a) ou estadunidense das respectivas épocas, ou tomou lições desses tópicos. O exemplo do que seria o neoliberalismo se amplia com a incorporação de conceitos sem o pré-requisito histórico: orçamentos militares e gastos para se manter grandes empresas, que são mais palatáveis para todos os estudantes. Adicionalmente, o texto descreve o capitalismo como composto

por valores mais facilmente executáveis pelo sucesso do neoliberalismo. Nesse caso, os exemplos estão funcionando não como o conceito condensado, mas sim como a concretização desse núcleo teórico, por meio de um recurso interno, o saber de outras disciplinas. Apesar das presenças dos governos de Thatcher e Reagan, essa exemplificação como mediação didática não é essencialmente histórica, é mais ideal-típica e conceitual.

Em seguida, o conceito é aplicado para outro caso empírico, o brasileiro. Neste trecho o exemplo é histórico, pois esse pré-requisito já é cumprido pelas aulas do currículo de História:

Na tentativa de integrar a economia do país à globalização, o Estado neoliberal promoveu a privatização de empresas estatais (nos setores de siderurgia, energia e comunicações) e abriu o mercado nacional a produtos estrangeiros, derrubando barreiras às economias mais poderosas do mundo [...] No sistema financeiro, foi permitida a livre atuação dos bancos e o movimento de capitais no mercado interno; renunciou-se ao controle da moeda nacional e da política cambial, atrelando à moeda nacional ao dólar, para facilitar as transações no mercado financeiro (TOMAZI, 2012, p. 122).

Quando se trata de exemplos históricos, a temporalidade não é o foco. Os itens, assim, são exibidos de maneira paralela, o que não seria interessante para um rigor do ponto de vista de uma história do Direito, que discrimina a data de criação das leis. O exemplo aparece como um diálogo interdisciplinar e que dá sentido para os fatos relatados, o que leva à mediação a ser feita internamente, entre as disciplinas. Nesse caso, o exemplo vai servir para expressar essa lógica maior, uma metonímia. Assim, esse livro, em específico, se foca nos exemplos de tipo-ideal, porém utilizando uma definição ampla no sentido de lugares que fornecem casos de exemplo.

Já o segundo livro é distinto e utiliza uma definição mais ampla:

As características centrais do Estado Neoliberal (neoliberalismo) são: a) Governo mínimo, com cortes no contingente de servidores públicos; b) Privatizações de estatais e transferência das questões econômicas para o mercado; c) Flexibilização das leis trabalhistas, permitindo a intensificação e a maior exploração do trabalho; d) Livre circulação de capitais internacionais, o que pressupõe a abertura dos países periféricos às multinacionais e incentivos à política de baixos impostos. (MACHADO, 2018, p. 146).

Aqui acontece uma definição na qual o exemplo adiciona elementos para apresentar o conceito, e não para lhe dar suporte – o que o torna uma metonímia no sentido de mostrar a dinâmica do Estado Neoliberal em um círculo menor, demonstrando uma consequência direta no círculo de vivência do aluno (que pode compreender esse quadro maior e significar diferentemente o fato). Assim, as consequências culturais não são problematizadas, embora a presença da desigualdade possa servir para deduzir⁶ as interações resultantes. Mas o assunto não se esgotou, e o autor retoma a argumentação alguns momentos depois:

Na política neoliberal, o Estado transfere para o mercado setores que antes considerava estratégicos. Por exemplo, a telefonia no Brasil esteve até os anos 1990 nas mãos do Estado. Porém, com base em uma política de cortes nos gastos públicos, foi concedida às empresas atuantes no mercado a possibilidade de explorar a telefonia. (MACHADO, 2018, p. 147).

Se anteriormente o foco fora na economia, nesse parágrafo o enfoque recaiu na política, direcionando-se na questão do decréscimo de papéis do Estado como aplicação do conceito de política neoliberal, com o objetivo de concretizar as ideias liberais. O exemplo dado foi com a questão da telefonia no Brasil, que serviu como uma lógica menos complexa que explica uma maior. Assim, a mediação ocorreu externamente, com base na telefonia, eivando uma questão cultural externa ao ensino escolar.

Em seguida, começam os exemplos históricos:

A incorporação dessa base tecnológica foi impulsionada pelo avanço do neoliberalismo dos governos Fernando Collor (1990 a 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que promoveram a abertura econômica, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação de leis de proteção ao trabalhador. Essas medidas tiveram como consequências centrais o aumento do desemprego formal e, em razão disso, o aumento do trabalho informal, reduções salariais significativas, a precarização do trabalho e o enfraquecimento político da classe trabalhadora. (MACHADO, 2018, p. 177).

⁶A dedução é o processo de apreciar um caso particular sobre a ótica de uma regra geral.

Nesse ponto, a história da política brasileira torna paralelos os governos Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor, atribuindo-os à produção dos exemplos, que nesse caso são aplicações concretas: eles são exemplos da ideia de deixar o mercado cuidar das questões sociais, que resultam em outros itens. Os exemplos seguem com enumerações de externas: “[...] podemos citar o desenvolvimento da produção de mercadorias, o neoliberalismo, o processo de financeirização da economia e o surgimento de ações políticas coletivas distintas daquelas do início do século XX até meados dos anos 1960 e 1970” (MACHADO, 2018, p. 184). Para o livro didático, o neoliberalismo não é a realidade total, o que demonstra uma mudança de escala, possibilitada pelo enfoque sociológico. As consequências para as relações sociais, são, no entanto, bem específicas: a desigualdade está criando uma cultura e o exemplo está integrando fatores internos na sua mediação.

O conceito é retomado uma última vez em algumas páginas posteriores:

Surge, com isso, o Estado neoliberal, que tem como característica central a flexibilização das leis trabalhistas e de proteção ao trabalhador. Configura-se um novo modo de vida, baseado na precarização do trabalho e em formas informais e terceirizadas de trabalho. (MACHADO, 2018, p. 377).

No presente trecho, o neoliberalismo deixa de ser um projeto e se torna socialização – ou seja, ele é cultural e social por ser um “modo de vida” – por meio da aplicação, uma ambientação que se foca na perpetuação do mercado. Portanto, a oposição entre capital e trabalho fica bem reforçada por meio dos exemplos, que a comprova, mesmo que investigando apenas um dos lados. Assim, há elementos externos que estão auxiliando no processo de mediação.

Sobre o último livro a ser analisado, vamos começar pelo seguinte trecho:

Chamamos de neoliberalismo a ideologia que serve de suporte à expansão da atual globalização capitalista. Esse “novo liberalismo” é caracterizado por alguns elementos inspirados no liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX, tais como:

- Maior liberdade de comércio entre as nações (fim de barreiras alfandegárias);
- Redução do aparato do Estado e da sua intervenção na atividade econômica (política orientada para as privatizações de empresas estatais);
- Redução da autonomia e da soberania política e econômica dos países periféricos, em favor dos países capitalistas centrais, das suas

instituições políticas (como a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte) e econômicas (FMI, BIRD, OMC), das grandes corporações multinacionais/transnacionais e do capital financeiro internacional. (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 159).

Neste livro, já é citado – caso único no *corpus* – o liberalismo nos séculos XVIII e XIX – as outras obras focaram-se na atitude de valorização do mercado – e o exemplo está implementando outras concretizações do conceito, que não foi tão bem explicitado como ocorreu no segundo livro. Ele está expresso nos exemplos, que acabam contendo a argumentação em si, o que é um elemento externo de mediação e que busca produzir uma indução no aluno, a partir de sua vivência. Isso fica bem evidente na seguinte formulação:

1. Limitação das despesas do Estado, estimulando o fim de todos os subsídios à agricultura ou à indústria. Isto significa que o Estado deve gastar menos, deixando de financiar, com empréstimos, a produção agrícola e industrial. Mas “gastar menos” também subentende – não está escrito, mas ocorreu na prática – diminuir os investimentos em saúde, educação e outras políticas sociais.
2. Liberalização do mercado financeiro. Ou seja, liberdade para investidores de ações apostarem onde quiserem, em qualquer país.
3. Liberalização do comércio, eliminando aos poucos as taxas alfandegárias. Na prática, a importação e a exportação de produtos e mercadorias ficariam cada vez mais isentas de impostos e burocracia.
4. Favorecimento do investimento estrangeiro. Com isso, toda e qualquer empresa estrangeira estaria livre para investir em qualquer país, sem restrições burocráticas.
5. Privatização das empresas estatais. Com esta medida, empresas petrolíferas, de fornecimento de energia elétrica, de abastecimento de água, Correios, universidades públicas deveriam ser vendidas (como muitas foram no Brasil e no Chile), para empresas privadas. Assim, na visão dos neoliberais, o Estado não teria mais despesas com elas em termos de investimentos e salários, e benefícios de funcionários públicos. Por outro lado, as riquezas geradas por essas empresas não poderiam mais beneficiar a população, pois seriam apropriadas pelos empresários.
6. Introdução da concorrência nos diversos setores da economia. Ou seja, em todos os setores da economia, sem distinção, teríamos empresas competindo no mercado – esta regra valeria, inclusive, para hospitais e escolas.
7. Garantia legal do direito de propriedade, com respeito às “patentes”. Por exemplo: se uma empresa biotecnológica de ponta, americana ou japonesa, do setor, pesquisando ervas medicinais na Amazônia, encontrar um determinado produto e registrá-lo (patenteá-lo) como “descoberta” sua (mesmo que seja uma erva medicinal cultivada e utilizada há séculos pelos povos indígenas

locais), passa a ter exclusividade de produção e direito a receber pagamento pela sua utilização por terceiros.

8. Reforma do sistema tributário. Proposta que significa na prática que os governantes e os deputados e senadores devem criar leis para diminuir os impostos, principalmente dos empresários.

9. Reforma trabalhista. Significa propor que, para diminuir os custos da produção e as despesas dos empresários, o Estado deve se preocupar em acabar com os direitos trabalhistas, tais como, por exemplo, 13º salário, auxílio-férias, o FGTS etc. (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 159).

Aqui o exemplo está, justamente, reforçando a ideia de que o neoliberalismo beneficia a atividade do mercado, em especial a das empresas e, em particular, dos empresários, focando nas questões da disputa entre o capital e o trabalho – o que leva à compreensão das relações sociais e culturais por meio da dimensão de trabalho. Mas nesse trecho também há metonímias no sentido de que a privatização, por exemplo, ilustra o macroprocesso do neoliberalismo como um todo. Assim, a transposição acontece com elementos internos ao apelar para outras disciplinas, mas as ideias seguem sendo desenvolvidas:

A dominação ideológica do neoliberalismo foi tão forte que, mesmo a chegada ao poder, principalmente no final da década de 1990, de partidos mais progressistas, antes defensores das políticas de distribuição de renda – características do Estado de Bem-estar Social – não significou a retomada do crescimento econômico, a ampliação dos direitos dos trabalhadores e a geração de novos empregos. (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 161).

Aqui o neoliberalismo se transforma em ideologia, que se expressa em uma mentalidade histórica. Assim, nos anos 1990 houve uma preponderância do polo de trabalho (os “partidos mais progressistas”, do “Bem-estar Social”), porém já seria tarde, e as características exemplificadas como consequências da distribuição de renda não tiveram resultado além da desigualdade. Esse é um exemplo por aplicação do conceito, cuja enumeração por si só reforça a grande escala de sujeitos envolvidos nos processos, o que exige elementos internos de outras disciplinas. Ainda, na lógica da preponderância do polo de trabalho, os ataques de um dos lados se intensificam em cima de “conquistas”:

Aliado a esta reestruturação, o neoliberalismo reformula os direitos do trabalhador, tentando cortar todas as suas garantias jurídicas e

regulamentações (como aviso prévio, FGTS, estabilidade, salário-desemprego, férias, 13º salário etc.). Isto possibilita ainda mais a precarização, a terceirização e o enxugamento das empresas. (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 174).

Neste parágrafo, o recurso do exemplo é utilizado duas vezes, de maneira aplicada: o das garantias dos trabalhadores (“aviso prévio, FGTS, estabilidade, salário-desemprego, férias, 13º salário”) e das consequências desse alinhamento no interior do mundo do trabalho (“precarização, a terceirização e o enxugamento das empresas”). Ou seja, esses exemplos reforçam a ideia primária de que esses eventos explicam satisfatoriamente a constituição política e econômica do mundo social (nas suas relações), embora seja um tanto difícil de entendê-los sem uma base prévia em conhecimentos econômicos, que seria o elemento externo.

Em seguida, o livro apresenta exemplos muito detalhados:

O avanço da robotização e da tecnologia no Brasil é tão veloz quanto nos demais países. O aumento da produtividade, com a utilização das máquinas, incentiva as demissões em massa. A indústria e o setor rural, assim como o comércio e o setor de serviços estão precisando cada vez menos de trabalhadores. O comércio e o setor de serviços, que são aqueles que mais crescem nas cidades, não são capazes de absorver toda a mão de obra que existe à sua disposição, e isto traz como consequência o aumento das contratações precárias, terceirizadas e sem carteira de trabalho assinada, práticas estimuladas pela adoção do pensamento neoliberal pela maioria dos governos dos países capitalistas. Segundo o IBGE, em março de 2006 existiam cerca de 2.890.000 (dois milhões e oitocentos e noventa mil) de pessoas trabalhando sem carteira assinada, em um universo de 22.242.000 (vinte e dois milhões e duzentos e quarenta e dois mil) de pessoas pesquisadas nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 177).

Nesse caso, o incremento tecnológico é um exemplo de como o neoliberalismo afeta diretamente o índice de desemprego, o que o faz um exemplo de tipo de metonímia: a dinâmica da tecnologia permite que se compreenda o neoliberalismo como um todo por conta da exclusão digital, o que é um elemento interno por conta de o aluno ser um excluído em potencial. Claramente, o livro considera que o único trabalho digno é aquele regulamentado pelas leis de sua época (pois elas garantem o cumprimento de direitos sociais, o que redundava em relações sociais), e tudo que escapa desse espectro de relação econômica produz a barbárie:

Iniciamos, desde então, a viver sob a hegemonia do neoliberalismo. A luta pela cidadania plena sofreu, então, um duro golpe, do qual até hoje ainda não se recuperou. Um bom exemplo disso foram os inúmeros distúrbios que abalaram os subúrbios da França em 2006 e que se repetiram em outros anos. (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 207).

Este trecho tratou-se, portanto, de um exemplo por aplicação: os distúrbios da França são explicados porque os manifestantes discordaram das “jogadas” do capitalismo – e, nesse caso, o trabalho está se opondo ao capital de maneira frontal e direta, com preponderância do segundo. Assim, o livro consegue demonstrar a abrangência dessas ideias pela enumeração dos fenômenos influenciados, criando uma indução por meio de elementos que são externos, porém são da contemporaneidade histórica (e que não exigem o conhecimento disciplinar, pois são acessíveis pelo Jornalismo). Por fim, finalmente, o exemplo busca a vida escolar do aluno:

Ora, existe uma ideia neoliberal dominante no Ensino Médio, em especial nas escolas que oferecem também a educação profissional, que é chamada de produtivista, isto é, a educação oferecida por essas escolas assume o ideário da reestruturação produtiva, subordinando-se à lógica única, que é determinada. (OLIVEIRA, COSTA, 2015, p. 180).

Um exemplo do neoliberalismo aplicado, portanto, é na escola, com o produtivismo, que leva ao sofrimento do aluno. Neste caso, se trata de uma outra metonímia: a lógica escolar, vivida pelo aluno e que lhe é um elemento interno, reflete a ordem social mais ampla – e o professor pode discutir o sistema de notas, por exemplo. A nota, então, pode ser problematizada como criadora das desigualdades entre professores e alunos e entre os próprios discentes. Assim, a mediação ocorre por meio do sistema escolar e gera a indução do que é neoliberalismo.

7. Análise global

Na contagem total, a metonímia contou com 2 ocorrências no total do *corpus* analisado, enquanto a aplicação de um conceito teve a contagem de 7. Ou seja, os ditos

livros estão utilizando os exemplos para demonstrar os conceitos, mais do que exercer a função propriamente didática, explicativa, o que difere do objetivo de mediar. Isso implica mencionar que os exemplos estão, nos trechos, sendo “empilhados”, enquanto a explicação detalhada do conceito foi menos verificada. Possivelmente, a análise de livros de outras disciplinas poderia indicar que esse é um fenômeno compartilhado, o que pode ter implicações didáticas, uma vez que o exemplo mal costurado pode redundar em dificuldades adicionais para o aluno (que pode achar que precisa se focar na memorização dos itens).

Sem dúvida não foram utilizados, nesse espaço, o exemplo no sentido de parâmetro comportamental – embora haja, de maneira latente, a ideia de que é errado explorar os trabalhadores, e nas outras partes da obra há discussões relacionadas à discriminação e à construção de um cidadão, mas não há nessas obras um caráter sistematicamente moralizador. Os outros dois tipos de exemplos acabam aparecendo e costurando uma relação específica: a metonímia é empregada para exemplos ideais-típicos (com itens dispostos em sequência) e a concretização é viabilizada para exemplos de tipos históricos (que são localizados). Muitas concretizações contam com o conhecimento prévio dos alunos das disciplinas História e Geografia, o que os torna eivados de recursos internos ao espaço escolar. Já os exemplos ideais-típicos são voltados para a economia e para a política, o que exige informações externas ao ambiente escolar.

Outro aspecto para o qual os dados apontam, em primeiro lugar, é que há uma teoria por trás de todas as argumentações e exemplos, que é a oposição entre capital e trabalho, bastante patente na teoria crítica. Partindo desse núcleo central, podemos observar que os livros articulam seus exemplos em volta dessa chave de leitura, em particular na abordagem da desigualdade. Por isso, os dois primeiros livros associam diretamente o neoliberalismo com o estado e o último já se foca na ideologia – o que talvez explique porque o terceiro abordou o assunto em muito maior extensão.

A partir dos resultados é possível problematizar como os exemplos são acionados como recursos didáticos para mediar o conteúdo. Nos livros analisados, eles partiram de saberes acadêmicos de outras áreas ou diretamente do cotidiano de indivíduos de baixa renda, alternando esses elementos internos e externos. Assim, os

dados também indicam que a mediação do conceito ocorreu a partir de um estereótipo de aluno periférico, que é interessado pelo mundo social por contestar a desigualdade.

Considerações finais

Neste artigo tratamos da utilização do recurso da exemplificação em livros didáticos brasileiros de Sociologia, produzidos após 2012, ano em que foram aprovados os primeiros exemplares. Os resultados apontaram que o exemplo foi utilizado como recurso para mediação em, ao menos, dois sentidos: de metonímia e de aplicação do conceito. Com esse intuito foram utilizadas as transposições interna (com outras disciplinas) e externa (com cotidiano ou outros contextos), com o fito de promover processos indutivos ou dedutivos. Por meio da análise de conteúdos de livros selecionados, concluimos que os exemplos partem de uma imagem de um aluno periférico e contestador da desigualdade, o que não necessariamente reflete a realidade dos usuários do livro didático.

Concluimos esse texto com a ideia de que a exemplificação do neoliberalismo cumpre papel central nos maiores objetivos do ensino de Sociologia no geral, desnaturalização e estranhamento. Isso porque o exemplo facilita a compreensão do conceito, e o conceito é que permite um cotejamento com o saber prévio do aluno, pois ele permite reagrupar impressões antigas e, assim, produzir a reflexividade. Nesse caso, refletir sobre a utilização do exemplo é vital para uma aula de Sociologia mais eficiente em sua epistemologia.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Más allá del neoliberalismo: Lecciones para la izquierda. In: SADER E., GENTILLI, P. (Org.). *La trama del neoliberalismo*. Mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires: CLACSO-EUDEBA, 1999.

AZEVEDO, Pedro Raimundo de. *Origem da palavra exemplo*. 2017. Origem da Palavra. Disponível em: <<https://origemdapalavra.com.br/palavras/exemplo/>>. Acesso em 13 set. 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. *Transposição didática externa: a modelização do gênero na pesquisa colaborativa*. Raído, v. 6, n. 11, p. 11-35, 2012.

BECKER, Howard. *Segredos e Truques da Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. *As ciências sociais no currículo do Ensino Médio brasileiro*. Rev. Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 219-234, maio/agos. 2020.

BODART, Cristiano das Neves; DE SOUZA, Ewerton Diego. *Os manuais de Sociologia Educacional nos anos de 1940: contexto de produção, autores, estruturas didáticas e perspectivas teóricas*. Em Tese, v. 16, n. 1, p. 40-67, 2019.

BOLIGIAN, Levon. *A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2003.

BRASIL. *Programas do Livro*. 2012. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico>>. Acesso em 06/01/2021.

BRASIL. *Programas do Livro*. 2015. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico>>. Acesso em 06/01/2021.

BRASIL. *Programas do Livro*. 2018. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

CARVALHO, Roberta Strazzacappa de. *Transposição didática do ensino de Geografia - a proposta curricular 2008 da Secretaria da Educação de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de. *O ensino de Sociologia como problema epistemológico e sociológico*. Educ. Real., v. 39, n. 1, p. 59-80, mar. 2014.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. 2007. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIDDENS, Anthony. *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: UNESP, 2007.

IANNI, Octavio. *Globalização e neoliberalismo*. São Paulo em perspectiva, v. 12, n. 2, p. 27-44, 1998.

LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. *Gênero e sexualidade como temas da sociologia escolar: uma comparação entre livros e didáticos* (PNLD 2012 e 2015). *Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia*, n. 19, p. 53-65, 2017.

LOPES, Doraci Alves. Reseña de *Sociologia para o ensino médio*, de Nelson Dacio Tomazi. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 42, p. 594-596, 2009.

LOPES, Alice Ribeiro Casemiro. *Conhecimento escolar em Química: processo de mediação didática da ciência*. *Química Nova*, v. 20, n. 5, p. 563-568, 1997.

MACHADO, Igor José de Renó. *Sociologia hoje*. Volume único. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2018.

MEUCCI, Simone. *Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia*. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS*, v. 2, n. 3, p. 209-232, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de.; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. *Sociologia para jovens do século XXI*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015.

OQUEE. *O que é exemplo?* Sem Data. O que é? Disponível em: <<https://oquee.com/exemplo/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

PLATÃO. *Teeteto*. Lisboa: Gulbenkian, 2005.

PONTES, Diego. *Páginas contingentes: gênero e sexualidade no livro didático Sociologia Hoje*. *Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia*, n. 19, p. 23-43, 2017.

PRIBERAM. *Significado da palavra Exemplo*. Sem Data. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/exemplo>>. Acesso em: 01 out. 2020.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Saraiva, 2012.

COMO REFERENCIAR

LOPES, Ricardo Cortez; CAPRIOLLI, Aline Bernardi. O Neoliberalismo nos Livros Didáticos de Sociologia: A exemplificação como recurso didático. *Latitude*, Maceió, v. 15, n. 2, p. 221-248, 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/lt.2021.n.2.12709>